



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

CONVÊNIO: 022/2022
PROCESSO: 2022-94TCZ
PROPOSTA SIGA: 0008/2022

Convênio que entre si celebram o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER e o MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU, tendo por objeto a "Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu-ES"

O Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.080.530/0001-43, com sede na Praça João Climaco, S/N, Centro, Vitória, ES, CEP: 29.015-110, doravante denominado **CONCEDENTE**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER, com sede na Rua Coronel Schwab Filho - S/N, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP: 29.050-780, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR**, portador da Carteira de Identidade nº 531515, expedida pela SPTC/ES, inscrito no CPF sob o nº 827.096.027-68, e o Município de Baixo Guandu inscrito no CNPJ / MF sob o nº 27.165.737/0001-10, com sede no Rua Fritz Von Lutzow, 217 - Centro - Baixo Guandu/ES, CEP: 29.730-000, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LASTÊNIO LUIZ CARDOSO**, portador da carteira de identidade nº 428044-SPTC/ES e inscrito no CPF sob o nº 579.436.807-15 em conformidade com os autos do processo nº. 2022-94TCZ e com fundamento na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000; na Lei nº. 10.784, de 18/12/2017; no Decreto Estadual nº. 2.737-R, de 19 de abril de 2011, resolvem celebrar o presente convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente convênio tem por objeto a "Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu-ES", conforme Plano de Trabalho (anexo) especialmente elaborado, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1 Ao CONCEDENTE:

a) Transferir os recursos financeiros previstos no plano de trabalho, observados as parcelas e a periodicidade contidas no cronograma de desembolso;



- b) Apoiar os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a execução do objeto, prestando assistência ao CONVENENTE;
- c) Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste convênio; e
- d) Analisar e aprovar as prestações de contas dos recursos transferidos por força deste convênio.
- 2.1.2 Ao CONVENENTE:**

- a) Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;
- b) Aplicar os recursos transferidos pelo CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto;
- c) Apresentar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatórios técnicos e físico-financeiros das atividades;
- d) Manter os recursos transferidos pelo CONCEDENTE em conta bancária individualizada e aberta em instituição financeira especial exclusivamente para esse fim;
- e) Manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste convênio;
- f) Registrar em sua contabilidade analítica, os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por força deste convênio;
- g) Observar e cumprir as regras da Lei Federal nº. 8.666/93 na celebração de contratos necessários para execução do objeto do presente convênio, adotando-se, obrigatoriamente a modalidade de licitação Pregão, prevista na Lei nº. 10.520/02, no caso de bens e serviços comuns, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 39 do Decreto Estadual nº 2.737/2011;
- h) Prestar contas, no SIGA, ao CONCEDENTE, na forma e no prazo previsto neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de todos os recursos que lhe forem transferidos, devolvendo aqueles não aplicados, inclusive da contrapartida em valor correspondente ao percentual executado do objeto;



i) Incluir regularmente no SIGA as informações e os documentos exigidos neste instrumento e no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, de forma a manter o sistema atualizado;

j) Disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

k) Restituir os recursos recebidos, nos casos previstos neste decreto;

2.1.2.1 Os documentos de que trata a letra "e" deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, citando o número do convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle, coordenação e supervisão do Governo Estadual e, em especial, do CONCEDENTE, por um prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas final.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente convênio é de **R\$ 105.304,40 (cento e cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos)**.

3.2 CONCEDENTE transferirá ao CONVENENTE, para execução do presente convênio, recursos no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orgamentária:

- Programa de Trabalho: 39.101.27.812.0159.2596
- Elemento de Despesa: 3.3.40.41
- Fonte de Recurso: 0101000000
- Emenda Parlamentar: E0616
- Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

3.3 – O CONVENENTE se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este convênio, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de **R\$ 5.304,40 (cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 O CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na cláusula terceira em favor do CONVENENTE em conta bancária específica vinculada a este instrumento, aberta em instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, conforme o



cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, somente sendo permitido a realização de pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.2 Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado uma única vez no decorrer da vigência do instrumento o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

4.3 Antes da realização de cada pagamento, o convenente incluirá no SIGA, no mínimo, as seguintes informações:

I - A destinação do recurso;

II - O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - O contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e

V - A comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

4.4 Dados bancários para transferência e movimentação dos recursos: Banco **021** - Agência **0112** - Conta Corrente **34273383**.

4.5 - Fica o convenente obrigado a depositar na conta bancária vinculada a este instrumento, identificada no item anterior, o valor da contrapartida financeira, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, ficando os saques sujeitos às mesmas regras previstas no item 4.1.

4.6 Para recebimento de cada parcela dos recursos, o convenente deverá:

I - Manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

II - Comprovar a aplicação da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento;



III- atender às exigências para contratação e pagamento previstas no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

IV - Apresentar relatório de execução físico-financeira, comprovando a aplicação dos recursos recebidos, por meio do SIGA;

V – Aprovação, pelo concedente, por meio do SIGA, do relatório de execução físico-financeira referente à comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada.

4.7 É obrigatória a aplicação dos recursos deste convênio, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, preferencialmente do Estado do Espírito Santo, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.8 Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.9 - Na realização de gastos para a execução do objeto do presente convênio deverá o CONVENIENTE observar a proporcionalidade entre recursos transferidos e recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.10 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pelo CONVENIENTE.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGENCIA

5.1 O presente convênio vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 30/11/2023, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

5.2 Sempre que necessário, mediante proposta do CONVENIENTE devidamente justificada, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente convênio.

5.3 Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o CONVENIENTE deverá, de ofício, promover a prorrogação do prazo de vigência do presente convênio, independentemente de proposta do CONVENIENTE, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.



5.4 Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência do convênio ou da última dilatação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 O CONCEDENTE conservará a autoridade normativa e exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da execução e prestação de contas deste convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar as ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

6.2 O CONVENIENTE franqueará livre acesso aos servidores do CONCEDENTE e aos servidores do sistema de controle interno do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado – TCEES, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este instrumento e pelo Decreto Estadual nº 2.737-R/2011, assim como aos locais de execução do objeto.

6.3 A execução física do objeto será acompanhada pelo CONCEDENTE, se necessário com visitas ao local da execução, por intermédio de Servidor especialmente designado e registrado no SIGA, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PROIBIÇÕES

7.1 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do CONVENIENTE, para:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado; ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;

IV - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;



V - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores, entidades religiosas ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches, escolas para o atendimento pré-escolar e instituições de saúde;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

7.2 Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos por descentralização de crédito.

7.3 É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste convênio, exceto ações complementares.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1 A prestação de contas final deverá ser apresentada até 60 (sessenta) dias após a data final da data de extinção do convênio, instruída com os seguintes documentos:

a) relatório de cumprimento do objeto;

b) relatório da execução físico-financeira consolidado;

c) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos do concedente, a contrapartida aplicada pelo convenente, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo do convênio;

d) relação de pagamentos efetuados;

e) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, e serviços prestados, quando for o caso, com recursos do presente convênio;

f) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária;



g) comprovante de recolhimento do saldo dos recursos financeiros não aplicados, inclusive os provenientes da aplicação financeira realizada, não utilizados no objeto pactuado, à conta indicada pelo CONCEDENTE;

h) termo de compromisso por meio do qual o convenente será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio, nos termos do art. 3º, § 3º, do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011;

8.2 O concedente deverá registrar no SIGA o recebimento da prestação de contas.

8.3 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o concedente estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

8.3.1 Se, ao término do prazo estabelecido, o convenente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos do item anterior, o concedente registrará a inadimplência no SIGA por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato a Autoridade Competente para fins de instauração de tomada de contas sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

8.4 As prestações de contas serão analisadas pelo CONCEDENTE, ou pelo órgão ou entidade sucessora, que decidirá sobre a regularidade na aplicação dos recursos, de acordo com as regras e critérios previstos no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

8.5 A autoridade competente do concedente terá o prazo de noventa dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

8.6 O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SIGA, cabendo ao concedente apresentar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

8.7 Caso a prestação de contas não seja aprovada, inclusive pela não comprovação da aplicação da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SIGA e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas, com posterior



encaminhamento do processo ao grupo financeiro setorial ou unidade setorial equivalente a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.”

CLAUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 O presente convênio poderá ser alterado mediante proposta a ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para sua implementação, alteração esta que deverá ser devidamente justificada e formalizada por meio de Termo Aditivo.

9.2 Não é permitida a alteração da natureza do objeto do convênio.

9.3 As alterações ao presente convênio, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 É obrigatório o aditamento do instrumento convencional quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do convênio.

9.5 No caso de alterações que gerem obrigações a serem implementadas exclusivamente por um dos participantes do convênio, estas deverão ser formalizadas mediante termo de Apostilamento, quando se fizer necessário:

I – Alterar a classificação orçamentária da despesa referente ao valor do convênio;

II – Substituir a conta corrente específica para movimentação dos recursos do convênio.

CLAUSULA DÉCIMA – DO BLOQUEIO E DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

10.1 A inadimplência por parte do CONVENIENTE ou o descumprimento das cláusulas do presente convênio autoriza o CONCEDENTE a bloquear recursos e a denunciar o convênio, bem como instaurar a competente Tomada de Contas.

10.2 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENIENTE (e ao interveniente, caso haja), quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser tal prazo prorrogado por igual período.



10.2.1 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto a sua aceitação, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

10.2.2 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o CONCEDENTE realizará a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENIENTE para que seja ressarcido do respectivo valor, sob pena de instauração de tomada de contas.

10.3 O CONVENIENTE se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pelo CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicada aos débitos para com a Fazenda Pública Estadual, quando:

- a) não for executado o objeto da avença;
- b) não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas; e
- c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio.

10.4 O CONVENIENTE se compromete ainda a recolher à conta do CONCEDENTE o valor da contrapartida corrigida monetariamente, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do convênio, considerando-se para tanto o percentual que representa a contrapartida no pacto firmado.

10.5 O CONVENIENTE se compromete também a recolher à conta do CONCEDENTE, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito a aplicação.

10.6 Fica ainda o CONVENIENTE obrigado a restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos caso o objeto venha a ser executado com menor quantidade total de recursos que a inicialmente prevista, atendida a proporcionalidade entre recursos estaduais e contrapartida fixado no ajuste.

10.7 O registro, no SIGA, da evolução da execução do objeto conforme o plano de trabalho é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subsequentes do instrumento, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 O CONCEDENTE encaminhará o extrato deste convênio, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para publicação no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data.



CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

12.1 Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste convênio ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13.1 O presente convênio extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

13.2 Qualquer dos participantes poderá denunciar o presente convênio, a qualquer tempo, ficando, os participantes, responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

13.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes recebidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos nos termos do § 6º do artigo 116 da Lei 8.666/93.

13.4 Constituem motivo para rescisão do convênio:

I) o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no ajuste; e
- c) falta de prestação de contas no prazo estabelecido.

II) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas;

IV) não aprovação do projeto executivo ou apresentação fora do prazo estabelecido, quando for o caso;



13.5 A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, sempre ensejará a instauração de tomada de contas.

13.6 O presente convênio será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTINUIDADE

14.1 Na hipótese de paralisação ou ocorrência de outro fato relevante, fica facultado ao CONCEDENTE assumir ou transferir a execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade da execução das ações pactuadas.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS E CONSTRUIDOS

15.1 Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste convênio serão de propriedade do CONVENENTE, respeitado o disposto na legislação pertinente.

15.2 A utilização dos bens adquiridos e construídos com os recursos estaduais oriundos deste Convênio estará afetada aos seus objetivos mesmo após o fim do seu prazo de vigência, aceitando o Convenente a condição de ressarcir integralmente o Concedente na hipótese de desvio de finalidade ou de perecimento culposo, sob pena de inscrição no CADIN/ES e execução judicial.

15.2.1 O ressarcimento se dará em pecúnia, considerando os recursos aportados pelo Concedente para a execução do Convênio, devidamente atualizado. O Convenente não responderá pelo perecimento desses bens na ausência de culpa, em especial em razão de sua deterioração natural ou por força maior.

15.2.2 No caso de perda da utilidade dos bens, como por desgaste natural, superação tecnológica ou dificuldade de restauração, caberá ao Convenente decidir formalmente por sua destinação, arquivando a justificativa, devendo eventual recurso obtido com seu desfazimento ser revertido às finalidades sociais do Convenente.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Havendo celebração de contratos entre o CONVENENTE e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste convênio, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE pelas obrigações trabalhistas ou



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado de Esportes e Lazer

fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o CONCEDENTE.

16.2 Obrigatoriamente, haverá redução do quantitativo até a etapa que apresente

funcionalidade, no caso de cancelamento de restos a pagar.

16.3 Caso os recursos transferidos pelo CONCEDENTE por este convênio sejam objeto de nova descentralização ou transferência necessária à execução do plano de trabalho, tais transferências se subordinarão às mesmas condições e exigências deste convênio e da Decreto Estadual nº 2.737-R/2011.

16.4 As disposições deste convênio serão interpretadas e aplicadas conjuntamente com o que disposto no Decreto Estadual nº 2.737-R/2011 e nas demais legislações de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente convênio.

17.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento.

Vitória, de 20 outubro de 2022.

JOSE MARIA DE ABREU JUNIOR

Secretário Estadual de Esportes e Lazer

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO

Prefeito do Município de Baixo Guandu

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LASTENIO LUIZ CARDOSO
CIDADÃO

assinado em 21/10/2022 10:52:46 -03:00

JOSE MARIA DE ABREU JUNIOR
SECRETARIO DE ESTADO
SESPORT - SESPORT - GOVES

assinado em 21/10/2022 11:23:03 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/10/2022 11:23:04 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por HELIANE PRATA SARMENTO (ANALISTA DO EXECUTIVO - GEECL - SESPORT - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-TT3FLV>



RESUMO DE TERMO DE CONVÊNIO
Nº SESP/022/2022**PROCESSO:** 2022-94TCZ
REGISTRO: 2022RC00101**CONCEDENTE:** Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESP/PORT

CNPJ: 07.412.119/0001-10

José Maria de Abreu Junior
Secretário de Estado de Esportes e Lazer

CPF nº: 073.368.757-18

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de BAIXO GUANDU

CNPJ nº: 27.165.737/0001-10

Lastênio Luiz Cardoso

Prefeito Municipal de Baixo Guandu

CPF: 579.436.807-15

OBJETO: Aquisição de Materiais Esportivos**VALOR TOTAL: R\$ 105.304,40** (cento e cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos)**VALOR DO CONCEDENTE:****R\$ 100.000,00** (cem mil reais)**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- PT: 39.101.27.812.0159.2596

- ED: 3.3.40.41

- FR: 010100000

- EP: E1185

VALOR DA CONVENIENTE:**R\$5.304,40** (cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos)**VIGÊNCIA:** a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, sendo finalizado em **30/11/2023**.**GESTOR/FISCAL DA PARCERIA**

Gestor: Heliane Prata Sarmiento

Nº Funcional: 241523

Fiscal: Flavio Silva Gonçalves

Nº Funcional: 2617765

Suplente: Milan Rezende de Paula

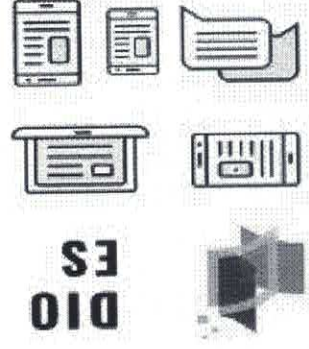
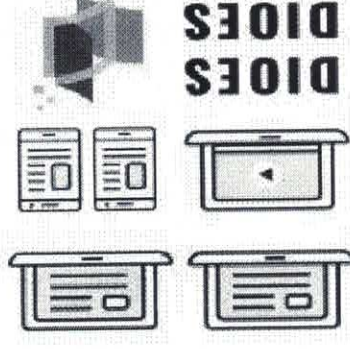
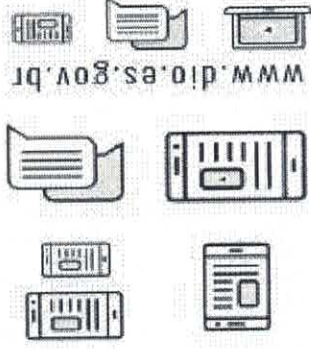
Nº Funcional: 3293084

Vitória, 21 de outubro de 2022.

JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR

Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Protocolo 955770

**DIOES****ES**
DIO**DIOES****RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO**
AO CONTRATO N.º 022/2022

Processo nº 2022-KLZPA

Contratante: Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESP/PORT**Contratado:** BR Construtora e Serviços LTDA**Objeto:** Alteração do Prazo de Execução e do Prazo de Vigência inicialmente pactuados.**Prazo de Execução / Vigência:** Fica prorrogado o prazo de execução e de vigência contratual até 16/06/2023.

Vitória, 21 de outubro 2022.

JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR

Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Protocolo 955688

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO N.º 020/2022

Processo nº 2022-V1W85

Contratante: Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESP/PORT**Contratado:** Green Vix Construções Esportivas LTDA**Objeto:** Alteração do Prazo de Execução e do Prazo de Vigência inicialmente pactuado.**Prazo de Execução / Vigência:** Fica prorrogado o prazo de execução e de vigência contratual até 02/07/2023.

Vitória, 21 de outubro 2022.

JOSÉ MARIA DE ABREU JUNIOR

Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Protocolo 955683

Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Protocolo 95533

Vitória/ES, 21 de outubro de 2021

Fábio Regiani do Couto Teixeira
Nº Funcional: 3782328

Vitória (ES), segunda-feira, 24 de Outubro de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS



Usuário: HELIANE PRATA SARMENTO

Informações do Plano de Trabalho

Número da Proposta: SESPORT-0008/2022
 Programa: Promoção e apoio ao esporte educacional, comunitário e lazer
 Órgão: SESPORT
 PropONENTE: MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
 Objeto do Programa: Promoção e apoio ao esporte educacional, comunitário e lazer

Justificativa

O município de Baixo Guandu possui 14 (quatorze) Escolas de Ensino Regular, 17 (dezessete) Escolas do Campo e 10 (dez) Centros Municipais de Educação Infantil, municipais e amistosos entre as escolas. Participa anualmente dos JEES, Jogos Escolares do Espírito Santo, onde nossos alunos representam o município nas Fases Regional e Estadual. O que motiva nossos professores e atletas a buscarem ainda mais resultados positivos, formando alunos participativos, competitivos e disciplinados, sendo fundamentos repassados através da prática esportiva. Todas nossas escolas e creches contam com professores de Educação Física com graduação e especialização. Dentre as 14 (quatorze) Escolas e Ensino Regular, 09 (nove) possuem quadras esportivas. O município possui 01 (um) Ginásio Poliesportivo, 01 (um) Estádio, 06 (seis) Campos Comunitários e 01 (uma) Quadra Comunitária. Visando manter e aprimorar as atividades esportivas nas unidades de ensino e nas comunidades, fazem-se necessárias as aquisições de materiais esportivos, tais como: bolas, coletes, jogo de camisa e calção, aquisições de materiais esportivos, tais como: bolas, coletes, jogo de camisa e calção, meios e outros. Sabendo que a prática esportiva é de suma importância para o desenvolvimento saudável de nossas crianças e adolescentes, contribui para a diminuição de índices negativos causados pela ociosidade de índices negativos causados pela ociosidade.

Visando manter e aprimorar as atividades esportivas nas unidades de ensino e nas comunidades, fazem-se necessárias as aquisições de materiais esportivos, tais como: bolas, coletes, jogo de camisa e calção, meios e outros. Sabendo que a prática esportiva é de suma importância para o desenvolvimento saudável de nossas crianças e adolescentes, contribui para a diminuição de índices negativos causados pela ociosidade.

Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu- ES

Objeto do Objeto do
 Objeto do Convênio

Informações de Data
 Data Criação 08/02/2022
 Data Início da Vigência 20/10/2022
 Data Fim da Vigência 30/11/2023

Informação Bancária
 Banco do Convênio BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 Agência do Convênio 0112
 Conta do Convênio 34273383

Informações de Valores
 Valor Global R\$ 105.304,40
 Percentual Mínimo 0
 Valor da Contrapartida R\$ 5.304,40
 Valor da Contrapartida Financeira R\$ 5.304,40
 Valor da Contrapartida Bens e Serviços R\$ 5.304,40
 Valor de Repasse do R\$ 100.000,00

Informações de Valores Futuros
 Ano de Repasse do Exercício
 Valor de Repasse do Exercício Futuro

Informações de Participantes

Tipo Participante	Identificação	Natureza Jurídica	Nome
Executor	CNPJ - 27.165.737/0001-10	Administração Pública Municipal	MUNICIPIO DE BAIXO GUANDU

Informações do Cronograma Físico

Meta	Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu- ES	Valor: R\$ 105.304,40	Período: 20/10/2022 a 30/11/2023
-------------	--	-----------------------	----------------------------------

Etapa

Etapa	Realização de Processo Licitatório	Valor: R\$ 105.304,40	Período: 20/10/2022 a 30/11/2023
--------------	------------------------------------	-----------------------	----------------------------------

Fase

Especificação da Fase	Realização de Processo Licitatório	Valor: R\$ 105.304,40	Data Início 20/10/2022	Data Término 30/11/2023
------------------------------	------------------------------------	-----------------------	------------------------	-------------------------

Informações da Associação de Cronograma Desembolso

Responsável	Mes-Ano	Número Associação	Meta	Valor Associação
Concedente	Novembro-2022	99930	Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu- ES	R\$ 100.000,00
Conveniente	Novembro-2022	99954	Aquisição de Material Esportivo para o Município de Baixo Guandu- ES	R\$ 5.304,40

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	BOLA DE FUTSAL OFICIAL - para	Recursos do Convênio	44404200 - MUNICIPIOS/AUXÍLIOS	UND	30,00	R\$ 216,90	R\$ 6.507,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	competição categoria Adulto categoria Principal para jogos oficiais, sistema Termotec e ou sem costura com 0% absorção de água, confeccionada em PU com 11 gomos circunfer	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	20,00	R\$ 193,90	R\$ 3.878,00
Bens	BOLA PARA FUTSAL INFANTIL SUB 11 OFICIAL - modelo matizado, divisão com 32 gomos, confeccionada em PVC, circunferência: 52 - 53cm, peso: 300 - 340g, Câmara Airbilty	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 114,90	R\$ 1.149,00
Bens	BOLA DE VOLEI OFICIAL - modelo tradicional confeccionada em PU, matrizada com 16 Gomos de 65 ? 67 cm, peso 260 a 280 g. Câmara Airbilty e ou butil Miolo Slip System, removível e	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	15,00	R\$ 233,00	R\$ 3.495,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
	circunferência, pesando entre 420 e 445 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, dupla laminação, gomos termos			UND			
Bens	BOLA PARA HANDBALL MATRIZADA TAM. 1 OFICIAL - para equipes femininas entre 8 e 14 anos e masculinas entre 8 e 12 anos, costurada à mão com 32 gomos, confeccionada em PVC texturizada para grip, miolo r	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 245,00	R\$ 2.450,00
Bens	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY PROFFISIONAL - composição em PU, peso: 420-450 g, Circunferência: 66-69 cm.	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	20,00	R\$ 295,00	R\$ 5.900,00
Bens	MEDALHA HONRA AO MÉRITO - Medalha redonda fundada em liga metálica de zamak, com 49 mm de diâmetro, gravada com os dizeres ?honra ao mérito? em baixo relevo e com gravura de água e um ramo em alto re	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	1.000,00	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	TROFEU ? Troféu com altura, com base octogonal de 26,5 cm de largura fabricado em polimero na cor preta. Sobre a base estão quatro colunas compostas por suportes, cones e tampas fabricadas e	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	999,00	R\$ 5,00	R\$ 4.995,00
Bens	TROFEU ? Troféu com altura de 94 cm com base octogonal com 17,80 cm de largura fabricado em polimero na cor preta. Sobre esta base um suporte fabricado em polimero e metализada a alto vácuo pintado na	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	5,00	R\$ 415,00	R\$ 2.075,00
Bens	TROFEU ? Dourado, com 50 cm de altura ? Honra ao Mérito	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	15,00	R\$ 106,00	R\$ 1.590,00
Bens	TROFEU ARTILHEIRO, com no mínimo 39 cm de altura, com base oval com no mínimo 22,5 cm de largura em polimero na cor preta com friso na tampa da base metализado na cor	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 114,00	R\$ 1.140,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	----------	--------------------	-------	------	-------------	-------------

Bens	dourada na parte superior desta b			UND			
Bens	TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO, com no mínimo 34 cm de altura, com base oval de no mínimo 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada na parte superior	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	RS 115,00	RS 1.150,00
Bens	APTO PROFISSIONAL ? Confeccionado em plástico, com cordão, com proteção em termostático para melhor apoio dos dentes, embocadura anatômica, biquetra revestida em silicone, produz até 115 db. Dimensão	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	6,00	RS 79,90	RS 479,40
Bens	ANTENA (PAR) PARA POSTE DE VOLEI - confeccionada em fibra de vídeo, pintadas com faixas de 10 em 10cm com vermelho e branco intercalados, acabamento impecável	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	4,00	RS 167,00	RS 668,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	REDE PARA FUTEBOL SOCIETY (PAR) - Rede para Futebol Society, em medidas oficiais, confeccionada em nylon de filamento contínuo de 4,0 mm, com nós, malha de aproximadamente 16 cm x 16 cm, na cor branca	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	5,00	R\$ 648,00	R\$ 3.240,00
Bens	BOLA PARA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL COM 32 GOMOS EM PU - Bola de Futebol de Campo Oficial, confeccionada em PU, com gomos termossoldados, dupla s, laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	100,00	R\$ 225,50	R\$ 22.550,00
Bens	BOLA DE FUTEBAL CATEGORIA SUB 13 OFICIAL, confeccionada em PU com sistema Termotec e ou sem costura com 8 gomos circunferência 55 a 59 cm com peso de: 350 ? 380g com câmara Airbilty e ou	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	20,00	R\$ 199,00	R\$ 3.980,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	BOLA DE HANDBALL: oficial Categoria Infantil/Femini na confeccionada em poliuretano (pu); circunferência de 54 a 56 cm; pesando 325 a 400 g; miolo removível e lubrificado e câmara de butil; acabamento	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 239,00	R\$ 2.390,00
Bens	BOLA PARA HANDBALL MATRIZADA OFICIAL - tamanho adulto, costurada à mão com 32 gomos, confeccionada em PVC texturizada para grip, miolo removível, câmara butil para maior retenção de ar, com 58 - 60 cm	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 269,90	R\$ 2.699,00
Bens	REDE DE FUTEVOLEI PROFISSIONAL - Tamanho Oficial com Duas Faixas Sintéticas. Material: Polipropileno, 100% virgem com Tratamento U.V. Contra as ações do Tempo; Espessura do Fio: 2mm; Tamanho da Malha	Recursos do Convênio	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	3,00	R\$ 236,00	R\$ 708,00

Bens e Serviços		Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	MEDALHA HONRA AO MÉRITO - Medalha redonda fundada em liga metálica de zamak, com 49 mm de diâmetro, gravada com os dizeres ?hora ao mérito? em baixo relevo e com gravura de água e um ramo em alto re	Recursos do Convênio	444404200 -	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	1.000,00	R\$ 9,90	R\$ 9.900,00
Bens	TROFÉU ? Dourado, com 50 cm de Altura ? Alusivo Futebol	Recursos do Convênio	444404200 -	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	15,00	R\$ 104,00	R\$ 1.560,00
Bens	TROFÉU ? Dourado, com 33 cm de altura ? Alusivo Futebol	Recursos do Convênio	444404200 -	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	15,00	R\$ 55,00	R\$ 825,00
Bens	BOMBA PARA ENCHER BOLA - Tubo confeccionado em Policarbonato. Haste: confeccionada em Acrilato Nitrílico Butadieno T Handle: polipropileno - Fechos: acrilato nitrílico butadieno estireno. Ac	Recursos do Convênio	444404200 -	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 39,90	R\$ 399,00
Bens	PLACAR MANUAL DE ESPORTES - em PVC rígido: montado base 350mm, altura 150mm, profundidade	Recursos do Convênio	444404200 -	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	6,00	R\$ 317,00	R\$ 1.902,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	110mm, desmontado base 350mm, altura 140mm, esp. 30mm; na cor preta com os marcadores brancos com letras preta			UND			
Bens	REDE PARA FUTEBOL DE CAMPO MÉXICO (caixote) (PAR) - Rede para Futebol de Campo Tipo México (Caixote), confeccionada em polietileno (nylon) de filamento contínuo de 4,0 mm, com malha de 16 x 16 cm, na	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	5,00	R\$ 825,00	R\$ 4.125,00
Bens	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL - Rede de voleibol oficial em SEDA/Polipropileno *(PP): medindo 10m x 1m; fio de 2mm na cor preta; malha de 10x10cm; modelo oficial; acabamento proteção ultra violeta; ilhós m	Contrapartida Bens e Serviços	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	2,00	R\$ 216,00	R\$ 432,00
Bens	REDE PARA FUTSAL (PAR)- fio de composto de polietileno trançado; malha 010 x 0,10m; fio 4mm; na cor branca;	Recursos do Convênio	444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	5,00	R\$ 322,00	R\$ 1.610,00

Bens e Serviços				
Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.

	REDE DE FUTEVOLEI PROFISSIONAL OFICIAL, COM DUAS FAIXAS SINTÉTICAS material: polipropileno, 100% virgem, com tratamento u.v. contra ações do tempo; espessura do fio: 2mm; tamanho da malha: 10x10 cm;	Bens	444404200 - Recursos do Convênio	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	3,00	R\$ 258,00	R\$ 774,00
	RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA, profissional estilo clássico, de madeira revestida, oficial, medindo aproximadamente (2,5x17x11cm), cabeça com classificação 6 estrelas, arredondada, revestida, encordada,	Bens	444404200 - Contrapartida Bens e Serviços	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 67,00	R\$ 670,00
	REDE DE TÊNIS DE MESA, em algodão com filetes de nylon; suporte em chapa de ferro; régua plástica; medindo: rede 183cmx15,25cm; suporte: alt. 5cm, larg. 28,5cm, profund 27cm; malha 12mm x	Bens	444404200 - Contrapartida Bens e Serviços	MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	4,00	R\$ 115,00	R\$ 460,00

Bens e Serviços		Unid.	Qt.	Valor Unit.	Valor Total
-----------------	--	-------	-----	-------------	-------------

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qt.	Valor Unit.	Valor Total
Bens	CONE TIPO PRATO EM PVC, próprio para o auxílio em treinamento de futebol, com no mínimo 19 cm de diâmetro.	Bens e Serviços	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	30,00	R\$ 33,00	R\$ 990,00
Bens	CONE FURADO COM BARREIRA, nas cores preto e branco, com dimensões de no mínimo 16,3 x 14,5 x 22 cm, bastão com 30 cm de comprimento, Peso aproximado de 800g.	Bens e Serviços	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	20,00	R\$ 5,70	R\$ 114,00
Bens	ESCALADA DE AGILIDADE PROFISSIONAL, com as seguintes especificações : Escada de circuito e treinamento de agilidade desenvolvida com 09 degraus, em material nylon, com aproximadamente 3,95 x 0,58 cm (CXL	Bens e Serviços	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	4,00	R\$ 115,00	R\$ 460,00
Bens	BOLA PARA TÊNIS DE MESA - Oficial para o jogo, com no mínimo 3 estrelas, profissional, confeccionada em acetato de celulósido, 100%	Bens e Serviços	444404200 - MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	UND	10,00	R\$ 14,00	R\$ 140,00

Bens e Serviços

Tipo	Descrição	Natureza	Código/Natureza de	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
	redonda, tamanho 40mm e peso de 2,75g. Cor branca. Embalagem com 6 un			UND			

Plano de Aplicação

Código - Descrição da Natureza de Despesa	Recursos do Convênio	Contrapartida de Bens	Total
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 668,00	R\$ 0,00	R\$ 668,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 479,40	R\$ 0,00	R\$ 479,40
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 5.900,00	R\$ 0,00	R\$ 5.900,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 3.980,00	R\$ 0,00	R\$ 3.980,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 6.507,00	R\$ 0,00	R\$ 6.507,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.390,00	R\$ 0,00	R\$ 2.390,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.149,00	R\$ 0,00	R\$ 1.149,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 22.550,00	R\$ 0,00	R\$ 22.550,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 3.878,00	R\$ 0,00	R\$ 3.878,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 3.495,00	R\$ 0,00	R\$ 3.495,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.699,00	R\$ 0,00	R\$ 2.699,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.450,00	R\$ 0,00	R\$ 2.450,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 140,00	R\$ 140,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 399,00	R\$ 0,00	R\$ 399,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 114,00	R\$ 114,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 990,00	R\$ 990,00	R\$ 990,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 460,00	R\$ 460,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 19.800,00	R\$ 0,00	R\$ 19.800,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.902,00	R\$ 0,00	R\$ 1.902,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 670,00	R\$ 670,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 708,00	R\$ 0,00	R\$ 708,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 774,00	R\$ 0,00	R\$ 774,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 460,00	R\$ 460,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 0,00	R\$ 432,00	R\$ 432,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.125,00	R\$ 0,00	R\$ 4.125,00

Plano de Aplicação

Código - Descrição da Natureza de Despesa

MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.125,00	R\$ 0,00	R\$ 4.125,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 3.240,00	R\$ 0,00	R\$ 3.240,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.610,00	R\$ 0,00	R\$ 1.610,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.140,00	R\$ 0,00	R\$ 1.140,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 825,00	R\$ 0,00	R\$ 825,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.560,00	R\$ 0,00	R\$ 1.560,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 1.590,00	R\$ 0,00	R\$ 1.590,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 4.995,00	R\$ 0,00	R\$ 4.995,00
444404200 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS/AUXÍLIOS	R\$ 2.075,00	R\$ 0,00	R\$ 2.075,00
Total			R\$ 105.304,40

Recursos do Convênio

Contrapartida de Bens

Declaração do Proponente

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao..... para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Local e Data

Proponente (Carimbo/Assinatura)

Aprovação do Concedente

Local e Data

Concedente (Carimbo/Assinatura)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LASTENIO LUIZ CARDOSO
CIDADÃO

assinado em 21/10/2022 10:52:09 -03:00

JOSE MARIA DE ABREU JUNIOR
SECRETARIO DE ESTADO

SESPORT - SESPORT - GOVES

assinado em 21/10/2022 11:23:00 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/10/2022 11:23:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por HELIANE PRATA SARMENTO (ANALISTA DO EXECUTIVO - GEECL - SESPORT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-GV4948>

